

Extensão universitária em Angola:

entre o reconhecimento institucional e os desafios da transformação educacional e social

Tomásia Francisca Estevão Morais, Cristina Palmeirão

Resumo

A extensão universitária (doravante designada extensão) constitui um dos pilares do ensino superior, sendo frequentemente associada à promoção da transformação educacional e social. No contexto angolano, contudo, persistem lacunas na sua conceptualização e operacionalização. O presente artigo analisa criticamente o valor atribuído à extensão universitária em Angola, procurando compreender como os atores institucionais percebem o seu papel como vetor de transformação educacional e social ou se permanece como uma promessa institucional não completamente concretizada. A investigação adotou uma abordagem metodológica mista, combinando dados quantitativos (n= 211) e qualitativos obtidos através da aplicação de questionários a docentes e estudantes e da realização de entrevistas a gestores de instituições de ensino superior. Os resultados revelam que, embora a extensão seja reconhecida como um pilar estratégico da missão universitária, persistem fragilidades quanto à sua institucionalização, financiamento e articulação com o ensino e a investigação. Conclui-se que a extensão poderá assumir um papel efetivamente transformador quando sustentada por políticas institucionais consistentes e pelo envolvimento ativo da comunidade académica e social.

Palavras-Chave

Angola; Extensão universitária; Ensino superior; Institucionalização; Transformação social; Responsabilidade social universitária.

University Extension in Angola: between institutional recognition and the challenges of educational and social transformation

Abstract: University extension constitutes one of the pillars of higher education, frequently associated with the promotion of educational and social transformation. In the Angolan context, however, gaps persist in its conceptualization and operationalization. This article critically analyzes the value attributed to university extension in Angola, seeking to understand how institutional actors perceive its role as a vector for educational and social transformation, or whether it remains an unfulfilled institutional promise. The research adopted a mixed-methods approach, combining quantitative data (n= 211) and qualitative data obtained through questionnaires administered to faculty and students, and interviews conducted with higher education institution managers. The results reveal that, although extension is recognized as a strategic pillar of the university mission, weaknesses persist regarding its institutionalization, funding, and articulation with teaching and research. It is concluded that extension can assume an effectively transformative role when sustained by consistent institutional policies and the active engagement of the academic and social community.

Keywords: Angola; University extension; Higher education; Institutionalization; Social transformation; University social responsibility.

La extensión universitaria en Angola: entre el reconocimiento institucional y los desafíos de la transformación educativa y social

Resumen: La extensión universitaria (en adelante denominada extensión) constituye uno de los pilares de la educación superior, siendo frecuentemente asociada a la promoción de la transformación educativa y social. En el contexto angolano, sin embargo, persisten lagunas en su conceptualización y operacionalización. El presente artículo analiza críticamente el valor atribuido a la extensión universitaria en Angola, buscando comprender cómo los actores institucionales perciben su papel como vector de transformación educativa y social, o si permanece como una promesa institucional no concretada plenamente. La investigación adoptó un enfoque metodológico mixto, combinando datos cuantitativos (n= 211) y cualitativos obtenidos mediante la aplicación de cuestionarios a docentes y estudiantes, y la realización de entrevistas a gestores de instituciones de educación superior. Los resultados revelan que, aunque la extensión es reconocida como un pilar estratégico de la misión universitaria, persisten fragilidades en cuanto a su institucionalización, financiamiento y articulación con la enseñanza y la investigación. Se concluye que la extensión podrá asumir un papel efectivamente transformador cuando esté sustentada por políticas institucionales consistentes y por la participación activa de la comunidad académica y social.

Palabras clave: Angola; Extensión universitaria; Educación superior; Institucionalización; Transformación social; Responsabilidad social universitaria.

L'extension universitaire en Angola: entre reconnaissance institutionnelle et défis de la transformation éducative et sociale

Résumé: L'extension universitaire (ci-après dénommée extension) constitue l'un des piliers de l'enseignement supérieur, étant fréquemment associée à la promotion de la transformation éducative et sociale. Dans le contexte angolais, cependant, des lacunes persistent dans sa conceptualisation et son opérationnalisation. Cet article analyse de manière critique la valeur attribuée à l'extension universitaire en Angola, en cherchant à comprendre comment les acteurs institutionnels perçoivent son rôle en tant que vecteur de transformation éducative et sociale, ou si elle demeure une promesse institutionnelle non pleinement concrétisée. La recherche a adopté une approche méthodologique mixte, combinant des données quantitatives (n= 211) et qualitatives obtenues par l'administration de questionnaires aux enseignants et aux étudiants, ainsi que par la réalisation d'entretiens avec des gestionnaires d'établissements d'enseignement supérieur. Les résultats révèlent que, bien que l'extension soit reconnue comme un pilier stratégique de la mission universitaire, des fragilités persistent quant à son institutionnalisation, son financement et son articulation avec l'enseignement et la recherche. Il en ressort que l'extension pourra assumer un rôle véritablement transformateur lorsqu'elle sera soutenue par des politiques institutionnelles cohérentes et par l'engagement actif de la communauté académique et sociale.

Mots-clés: Angola; Extension universitaire; Enseignement supérieur; Institutionnalisation; Transformation sociale; Responsabilité sociale universitaire.

Introdução

Num contexto global marcado por desigualdades sociais persistentes, crises ambientais e transformações tecnológicas aceleradas, a UNESCO (2022) defende a reconfiguração dos sistemas educativos com base na sustentabilidade, na solidariedade e no bem comum, interpelando a universidade a reafirmar o seu compromisso histórico com a justiça social, a inclusão e a responsabilidade pública (Gomes, 2023).

Neste cenário, que a extensão universitária, também designada “terceira missão” (Coelho, 2014; Menoni & Flores, 2023), adquire centralidade como espaço de produção de saberes em diálogo com as comunidades e de articulação entre ensino, investigação e intervenção social. Mais do que um conjunto de atividades complementares, a extensão configura-se como prática social transformadora, capaz de aproximar a universidade das realidades das desigualdades territoriais e promover mudanças sociais (Ayres, 2015; Filho, 2022; Gadotti, 2017). Contudo, a sua eficácia exige uma leitura situada, uma vez que a concretização desse potencial depende de condições institucionais, políticas e contextuais específicas.

No contexto africano, as universidades têm vindo a alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e com marcos estratégicos continentais, como a Agenda 2063 da União Africana e a Carta Africana da Juventude (UA, 2006), que valorizam a educação, o desenvolvimento de competências e a responsabilidade social. Em Angola, este alinhamento ocorre num cenário marcado pelo processo de consolidação do subsistema de ensino superior, o que exige uma análise situada das dissonâncias entre os princípios normativos e as práticas institucionais efetivas.

Apesar do reconhecimento normativo da extensão como pilar da missão universitária, persistem evidências de desarticulação entre os princípios enunciados e as práticas institucionais no contexto angolano. É nesta lacuna que se insere o presente estudo. Neste enquadramento, o artigo é orientado pela seguinte questão de investigação: Como é que gestores, docentes e estudantes percecionam a extensão no ensino superior angolano e que fatores institucionais condicionam a sua consolidação como prática transformadora?

Para responder a esta questão, o estudo adota uma abordagem metodológica mista, que articula tendências quantitativas com a análise qualitativa dos discursos.

Extensão universitária: entre ideal transformador e fragilidade institucional

A extensão emerge no século XIX como resposta às transformações sociais decorrentes da industrialização, quando universidades europeias passaram a desenvolver

iniciativas de educação contínua dirigidas a públicos tradicionalmente excluídos do ensino formal (Moraes & Palmeirão, 2025; Pinheiro & Silva Narciso, 2022; Silva, 2020). Ao perderem o seu caráter aristocrático, as universidades passaram a conceber a ciência como prática social reflexiva, promovendo ações educativas e culturais junto às comunidades (Menendez, 2017).

Desde então, a extensão também chamada “terceira missão” consolidou-se como um dos pilares estruturantes da universidade, articulando ensino, investigação e compromisso social (Benneworth et al., 2016; Menéndez, 2023). A configuração da extensão não é homogênea. Paula (2013) distingue uma tradição europeia de caráter sociocomunitário e uma vertente norte-americana orientada para a transferência tecnológica e o desenvolvimento produtivo (Camillone et al., 2020; Kirkwood, 2018; Reed et al., 2015; Taylor & Miller, 2016). Outros autores identificam as vertentes assistencialista, semi-perfeita, perfeita, dialógica e mercantilista (Gadotti, 2017; Ima-Panzo, 2018; Jezine, 2006).

Inspirada em Freire (1983, 1997), a concepção dialógica entende a extensão como prática emancipatória e processo educativo, cultural e científico, indissociável do ensino e da investigação, baseado na reciprocidade entre saber acadêmico e comunitário (FORPROEX, 2012). Importa, contudo, sublinhar que a crítica freiriana incide precisamente sobre a concepção de extensão como transferência unidirecional de conhecimento, defendendo a sua superação por meio de práticas dialógicas comunitárias.

Nesta linha, Santos (2011, 2019) propõe a “ecologia dos saberes” como horizonte epistemológico capaz de superar hierarquias cognitivas e fortalecer a relevância social da universidade. Ainda assim, a mobilização destes referenciais a territórios específicos, como o angolano, pressupõe uma análise às dinâmicas institucionais vigentes, aos constrangimentos estruturais e às prioridades definidas no quadro do desenvolvimento nacional.

Pese embora o enquadramento teórico, no contexto angolano, estudos assinalam que, embora a extensão seja reiteradamente valorizada nos discursos políticos como instrumento estratégico de desenvolvimento, persistem evidências de desarticulação entre normatividade e prática (Chocolate & Brás, 2017; Silva, 2020). Essa realidade consubstancia-se na dificuldade de institucionalização, sendo a extensão, frequentemente percecionada como “parente pobre” do tripé universitário (Ima-Panzo, 2018). Entre os principais constrangimentos destacam-se a ausência de regulamentação específica, fragilidade de financiamento, reduzida integração curricular e inexistência de mecanismos sistemáticos de avaliação de impacto (Brás, 2018; Kavela et al., 2021; dos Santos et al., 2023), produzindo uma dissonância entre o reconhecimento normativo da extensão e a sua efetiva consolidação institucional.

A literatura disponível permanece predominantemente normativa, carecendo de análises empíricas que integrem percepções institucionais, dinâmicas organizacionais e avaliação de impacto social das práticas extensionistas, o que fragiliza a ação da universidade como agente de desenvolvimento e de transformação social (Delors, 2010; UNESCO, 2016, 2022b).

No âmbito deste estudo, a noção de transformação social é compreendida como a aptidão das ações de extensão para gerar mudanças duradouras nas condições sociais, traduzidas, nomeadamente, na participação ativa das comunidades, na coprodução de conhecimento e na continuidade das iniciativas implementadas. Sob este prisma, o estudo examina em que medida a extensão em Angola se concretiza como prática efetivamente transformadora ou permanece condicionada por constrangimentos estruturais e organizacionais.

Metodologia

Para o presente estudo, adotou-se um *design de investigação plural* (Creswell, 2009), com vista à análise das percepções e práticas associadas à extensão no ensino superior público angolano.

A componente qualitativa baseou-se em entrevistas semiestruturadas dirigidas a gestores, selecionados intencionalmente por exercerem funções de direção com envolvimento direto em atividades de extensão: dois Vice-Reitores (VR1; VR2), dois Vice-Decanos (VD1; VD2) e um Diretor Adjunto (DA). O guião focou-se na definição e objetivos da extensão, na sua institucionalização e integração curricular e no impacto social e desafios estruturais. As sessões, via Microsoft Teams (35-60 min), foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Tabela 1
Categorias analíticas da extensão em Angola

Categoria	Subcategoria	Freq.	Exemplo de discurso
Representações e finalidades	Pilar	5	"um dos pilares..." (VD1)
	Articulação univ.-sociedade	5	"levar o conhecimento..." (VD1)
	Potencial transformador	4	"nexo transformador..." (DA1)
	Compromisso ético	3	referência institucional
Fragilidades de institucionalização	Ausência de normativos	5	"não vi documento..." (VR1)
	Fragilidade financeira	4	referência ao OGE
	Desarticulação	3	"sem direcionamento..." (VD1)

Categoria	Subcategoria	Freq.	Exemplo de discurso
Práticas e impacto percebido	Tipologia de ações	5	atividades com escolas
	Descontinuidade	4	referência à descontinuidade
	Potencial dialógico	4	"aprender da comunidade..." (VR1)
	Impacto percebido	3	aplicação do conhecimento

Fonte. Elaboração dos autores (2025)

Verificou-se saturação teórica, evidenciada pela redundância dos discursos e pela convergência em torno das principais dimensões identificadas – carência regulamentar e descontinuidade das ações (Quadro 1)

No plano quantitativo, aplicou-se um inquérito por questionário a 71 docentes e 140 estudantes de instituições públicas selecionadas por conveniência e acessibilidade em três regiões distintas. A amostra caracteriza-se por uma prevalência do género masculino (72% (n=51) dos docentes e 56% (n=79) dos estudantes), registando-se participação prévia em atividades de extensão em 76% (n=54) e 44% (n=61) do grupo respetivamente.

O instrumento estruturou-se em quatro blocos: (I) caracterização sociodemográfica; (II) perceções e participação; (III) implementação e regulamentação; e (IV) reconhecimento institucional (blocos II e IV em escala de Likert de 4 pontos).

A fidedignidade do questionário foi assegurada por validação de conteúdo por peritos doutorados, garantindo a validade de face e adequação ao contexto angolano. Embora a literatura mencione o pré-teste, optou-se pelo rigor da validade de constructo qualitativa, para mitigar ambiguidades. A consistência das respostas (71 docentes e 140 estudantes) e a ausência de anomalias, confirmam, *a posteriori*, a *robustez do instrumento* para fins exploratórios. O formulário esteve disponível via Microsoft Forms durante 35 dias.

Os dados foram tratados através de estatística descritiva, recorrendo ao cálculo de frequências e percentagens, com o objetivo de identificar tendências nas perceções e níveis de participação dos respondentes.

A combinação destas fontes de informação, favoreceu a triangulação dos resultados e o reforço da interpretação analítica (Creswell & Clark, 2018), contribuindo para uma maior validade e confiabilidade dos dados (Flick, 2009, 2013).

Todos os participantes consentiram voluntariamente em participar no estudo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Informado, em conformidade com o

Código Ético da Investigação Científica garantindo o respeito pelos princípios de autonomia, confidencialidade e integridade.

Considerando a diversidade do sistema de ensino superior público angolano, composto por trinta e uma instituições públicas, incluíram-se unidades com perfis institucionais distintos, embora esta opção condicione a generalização dos resultados, os quais devem ser interpretados de forma contextualizada e com carácter exploratório.

Resultados

Representações e Finalidades da Extensão: entre missão institucional e função complementar

A análise das entrevistas evidenciou uma compreensão relativamente consolidada da extensão enquanto dimensão constitutiva da missão universitária. As narrativas dos participantes convergem em 4 eixos centrais que estruturam a conceção institucional da extensão como: (i) pilar integrante da missão universitária; (ii) mecanismo de articulação com a comunidade; (iii) vetor de transformação social e académica; e (iv) expressão de compromisso ético e de responsabilidade pública.

No primeiro eixo, a extensão é reconhecida como dimensão fundacional da universidade, em articulação com o ensino e com a investigação. Um dos participantes refere que a extensão “constitui um dos pilares daquilo que faz parte de nossas próprias atividades de ensino superior” (VD1), evidenciando a sua centralidade na identidade institucional da universidade

O segundo eixo destaca a extensão como mecanismo de ligação entre a universidade e a sociedade, sublinhando o seu papel na circulação de saberes e na interação com os contextos sociais. Esta dimensão é expressa na ideia de que a extensão implica “levar o conhecimento ao exterior e, simultaneamente, buscar a experiência com comunidade” (VD1).

O terceiro eixo refere-se à função transformadora da extensão, entendida como um processo que articula ensino, investigação e intervenção social. Um dos entrevistados define a extensão como um “processo educativo, cultural e científico que facilita, de modo indissociável, a articulação do ensino e da investigação, tornando viável o nexos transformador entre a universidade e a sociedade” (DA1).

Por fim, o quarto eixo associa a extensão ao compromisso ético e à responsabilidade pública da universidade, sendo descrita como uma expressão concreta do dever institucional perante a sociedade, particularmente relevante no contexto angolano.

Esta valorização encontra correspondência nos dados quantitativos. Em ambos os grupos, o objetivo mais reconhecido consiste na promoção da integração entre universidade e sociedade, assinalado por 74% dos docentes e 60% dos estudantes.

Tabela 2
Objetivos da extensão universitária

Objetivos	Docentes (n =71)	Estudantes (n=140)
Promover a integração entre universidade e sociedade, compartilhando saberes.	67/ 74%	104 / 60%
Auxiliar nas práticas e estágios dos estudantes	5/6%	15/9%
Oferecer atividades de lazer para a comunidade acadêmica.	3%	3/2%
Apresentar, informar e oferecer conhecimento e descobertas científicas	15/ 17%	50/ 29%

Nota. Elaboração dos autores com os percentuais calculados em relação ao total de cada grupo. Os participantes podiam assinalar mais de uma opção.

Observam-se, contudo, nuances interpretativas. Os estudantes tendem a enfatizar a dimensão de divulgação científica (29%), enquanto os docentes privilegiam a integração estrutural universidade–sociedade (74%). Esta diferença sugere percepções distintas quanto ao alcance transformador da extensão, oscilando entre uma visão estratégica e uma concepção mais comunicacional.

Fragilidades de Institucionalização: normatividade, financiamento e reconhecimento

Apesar do reconhecimento simbólico, emergem fragilidades estruturais significativas, como a ausência de regulamentação específica e indefinição normativa. Como afirma um dos gestores, “não vi nenhum documento que regulamente a extensão” (VR1). Portanto, muitas ações decorrem “sem um direcionamento claro” (VD1).

Os dados quantitativos corroboram esta percepção: apenas 20% dos respondentes referem a existência de regulamento próprio aprovado em Conselho Científico, enquanto os restantes indicam orientações dispersas em documentos institucionais diversos, evidenciando fragmentação normativa.

No plano financeiro, destaca-se a inexistência de dotação orçamental específica, sendo as atividades frequentemente sustentadas por recursos residuais ou iniciativas individuais. Um dos entrevistados sublinha que o Governo “começou a financiar projetos de investigação, não projetos de extensão”, admitindo, contudo, a possibilidade de redirecionamento parcial desses recursos para atividades extensionistas (VR1). Esta percepção é aprofundada por outro gestor, ao referir que, embora não exista uma linha orçamental específica para a extensão no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE), subsiste uma margem residual – estimada entre 10% e 20% dos recursos

alocados à investigação – que pode ser justificada como relacionada com ações de extensão (VR2).

Existem, contudo, outros desafios identificados sobretudo do ponto de vista dos estudantes (Tabela nº. 3).

Tabela 3
Desafios e limitações na sua implementação

Desafios identificados	Docentes (n=71) (100%)	Estudantes (n= 140) (100%)
Falta de compreensão sobre a importância da extensão nas universidades	59 (28%)	71(38%)
Escassez de recursos financeiros e infraestruturas adequadas/ incentivo-apoio institucional	64 (30%)	38 (20%)
Ausência de políticas claras e regulamentação específica/ regulamento próprio	56 (26%)	5 (3%)
Resistência de professores e gestores em integrar extensão ao ensino e pesquisa/ pouco interesse dos estudantes	34 (16%)	29 (20%)
Falta de informação sobre as atividades		22 (15%)
Conflito com horários das aulas		14 (12%)
Pouca conexão com os conteúdos programáticos das disciplinas		9 (7%)

Nota. Elaboração dos autores com dados da pesquisa com os percentuais calculados em relação ao total de cada grupo. Os participantes podiam assinalar mais de uma opção.

A tabela evidencia que, entre os docentes, os principais obstáculos identificados são a escassez de recursos (30%), a limitada compreensão institucional sobre a relevância da extensão (28%) e a ausência de regulamentação (26%). Entre os estudantes, sobressaem a percepção de marginalização institucional (38%) e a inexistência de incentivos formais (20%).

Os resultados evidenciam, assim, uma dissonância entre reconhecimento discursivo e consolidação institucional efetiva.

Práticas e impacto percebido: potencial transformador em contexto de descontinuidade

As práticas extensionistas concentram-se maioritariamente em áreas como educação, saúde e ambiente, materializando-se em cursos, palestras e intervenções comunitárias.

Um dos participantes refere, e.g., a realização de atividades com escolas do ensino primário: “durante as aulas práticas costumam trabalhar com os meninos do ensino primário, plantação de árvores, realizar palestras, cursos extras para a comunidade” (VD2). Outro, destaca projetos ligados à saúde pública cujo intuito é “levar conhecimentos básicos sobre saúde pública, (...) junto das comunidades” (VR1).

Observa-se, adicionalmente, uma valorização dos saberes locais e o estabelecimento de “parcerias com associações de pescadores, semi-industriais ou artesanais” (VD1). Essa articulação estende-se a ações formativas, como o “treinamento de comunidades em técnicas de conservação de alimentos” (VR1), configurando experiências de diálogo universidade–território e reforçando o papel da extensão na promoção da autonomia e da sustentabilidade local.

Contudo, os níveis de participação permanecem moderados: entre os docentes, 43% (n= 34) referem envolvimento em projetos comunitários, enquanto entre os estudantes os valores oscilam entre 22% e 33%.

Apesar das limitações identificadas, os dados revelam um reconhecimento crescente das potencialidades da extensão como dimensão estratégica da missão institucional. Os participantes destacam o seu contributo para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente, “os ODS 1 3, 4 e 14, ao promoverem ações que visam melhorar a qualidade do ensino, ampliar o acesso à saúde, combater a pobreza e garantir água potável às populações” (VR1).

O mesmo entrevistado sublinhou que os produtos gerados tanto pela investigação científica quanto pelas ações de extensão podem resultar em inovação e fomentar o empreendedorismo social, contribuindo para a redução das desigualdades.

Por outro lado, outro entrevistado (DA1) enfatiza a relevância da extensão na articulação entre teoria e prática, sublinhando o seu papel no desenvolvimento de competências académicas e profissionais dos estudantes. Para este, “a extensão permite que as atividades letivas sejam estruturadas de forma a tornar o conhecimento mais significativo para os estudantes, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de competências essenciais à sua futura profissionalização”.

Essa percepção é corroborada pelos dados quantitativos, que indicam que 32% (n=56) dos docentes reconhecem que a valorização da extensão contribui para a transformação social e para a melhoria na qualidade de vida, gerando impacto positivo nas comunidades. Paralelamente, 46% (n=96) dos estudantes afirmam que a extensão possibilita a aplicação prática dos conhecimentos académicos em contextos reais.

Diante do reconhecimento crescente das potencialidades da extensão, emergem propostas concretas para a sua consolidação institucional. Entre os docentes, 32%

(n=42) sugerem a inserção da extensão nos Planos de Desenvolvimento Institucionais; 27% (n=35) defendem a criação de políticas nacionais específicas e integrativas para extensão; e 22% (n=28) propõem a regulamentação formal da extensão no âmbito institucional.

Quanto aos estudantes, 26% (n=93), apontam a melhoria da divulgação das atividades por meios das redes sociais e eventos informativos como fator relevante para ampliar a participação. Outros 23% (n=84) destacam a oferta de incentivos - como créditos acadêmicos, certificados ou bolsas - como mecanismos eficazes de valorização e estímulo ao envolvimento nas ações de extensão.

De forma geral, os resultados evidenciam que a extensão é amplamente reconhecida pelos diferentes atores institucionais como componente relevante da missão universitária e como instrumento de aproximação entre universidade e sociedade. Contudo, importa sublinhar que estes resultados refletem percepções de atores institucionais, não permitindo avaliar diretamente o impacto das ações junto das comunidades. Acresce que essa valorização convive com limitações estruturais relacionadas com a institucionalização, o financiamento e a integração curricular das atividades extensionistas.

Discussão

Os resultados evidenciam uma convergência entre gestores, docentes e estudantes quanto ao papel estratégico da extensão como dimensão estratégica da missão universitária, alinhando-se com abordagens clássicas e contemporâneas que associam extensão ao seu potencial de transformação social e do compromisso ético da universidade (Freire, 1985; Ima-Panzo, 2018; Menéndez, 2023; Silva, 2020).

Todavia, essa valorização simbólica contrasta com a percepção reduzida do seu impacto efetivo, sobretudo entre os estudantes, refletindo fragilidades estruturais e a ausência de regulamentação específica, financiamento dedicado e critérios sistemáticos de avaliação contribuem para a sua persistente marginalização (Berghaeuser & Hoelscher, 2019; Compagnucci & Spigarelli, 2020). Assim, a extensão tende a permanecer num plano discursivo, com impacto limitado na experiência formativa e comunitária.

A predominância de ações pontuais e descontínuas, como cursos, eventos e workshops, embora tenham relevância social imediata, conferem à extensão um caráter assistencialista. Este cenário confirma o desfasamento entre discurso e prática, comprometendo o princípio da indissociabilidade entre o ensino a investigação e a

extensão (Ima-Panzo, 2018; Paula, 2013; Silva, 2020; Singai 2021), o que fragiliza o seu potencial formativo, transformador e estruturante no tripé universitário.

Não obstante, registam-se experiências dialógicas, e valorização de saberes locais. Como refere o entrevistado (VR1) a universidade “leva” “o conhecimento académico para a sociedade e, por outro lado, (...) aprende da comunidade (...), usar e transformar em conhecimento científico”. A partilha e coprodução de conhecimentos emerge, neste contexto, como eixo estruturante da relação universidade–sociedade, reiterando a conceção de que a extensão deve transcender os limites físicos da instituição e estabelecer um diálogo contínuo com os territórios.

Esta perspetiva, embora traduza uma conceção dialógica da extensão, fundada na reciprocidade entre saberes académicos e locais, em consonância com a pedagogia crítica de Freire (1983) e com abordagens que valorizam a coprodução de conhecimento (Freire, 1996; Ima-Panzo, 2018), evidencia a distância entre o ideal freiriano de uma extensão dialógica e as práticas institucionais observadas, que permanecem, com frequência, marcadas por lógicas de cariz assistencialista.

Essa visão sustenta o eixo analítico associado à responsabilidade ética e pública da universidade, evidenciando que a extensão não se limita à função técnico-científica, mas se afirma como prática social transformadora, particularmente relevante no contexto angolano. Tal entendimento reforça a noção de que a extensão constitui uma expressão concreta do dever político e social da universidade perante a sociedade.

Estes significados alinham-se com abordagens contemporâneas que reconhecem a extensão como parte integrante terceira missão universitária, promotora de uma relação multifacetada com a sociedade, envolvendo ações de educação continuada e inovação social (Benneworth et al., 2016; Berghaeuser & Hoelscher, 2019). Acresce que este debate converge com a crescente centralidade da responsabilidade social universitária no plano internacional (Uribe et al., 2020).

Todavia, os dados empíricos revelam uma dissonância persistente entre esta conceção ampliada da extensão e a sua perceção de impacto social, particularmente entre os estudantes. Este resultado sugere fragilidades na dimensão formativa da extensão, apontando para a necessidade de reforçar o seu reconhecimento enquanto potencial vetor de mudança social e não apenas como atividade complementar.

De forma geral, constata-se uma compreensão relativamente consolidada da extensão como prática de envolvimento comunitário e diálogo com os territórios. Contudo, a literatura evidencia a coexistência de múltiplas definições e abordagens, frequentemente imprecisas quanto à sua operacionalização institucional (Krčmářová,

2011; Morais & Palmeirão, 2025). Esta pluralidade concetual, embora revele a riqueza do campo, expõe igualmente desafios à sua institucionalização e sustentabilidade.

A fragmentação normativa observada encontra eco na literatura especializada, que sublinha a dependência da extensão da existência de políticas institucionais claras, consistentes e integradas. Na ausência desses dispositivos, a extensão tende a permanecer periférica, com reduzida integração à vida académica (Berghaeuser & Hoelscher, 2019; Ima-Panzo, 2018). Os relatos dos participantes reforçam esta leitura ao apontarem a ausência de articulação estratégica e a indefinição de diretrizes institucionais, evidenciada na perceção de que as ações são “muito desarticuladas” (VD2) ou “negligenciadas” por falta de institucionalização (VR2), o que compromete a consolidação da extensão como função académica estruturante.

A análise das práticas revela ainda uma conceção predominantemente instrumental da extensão, centrada na prestação de serviços pontuais, frequentemente dissociados dos demais pilares da academia (Mosquera-abadía & Carvajal-Ordoñez, 2021; Oliveira & Goulart, 2015). Embora se observem ações ambientalmente e socialmente relevantes, persiste o risco de manutenção de uma lógica assistencialista, distante da perspetiva emancipatória que fundamenta a extensão crítica.

Todavia, a existência de parcerias com comunidades locais e a valorização de saberes tradicionais revelam um potencial dialógico significativo, concebendo a extensão como espaço privilegiado de articulação entre conhecimentos científicos e populares (Freire, 1983, 1996). Esta abordagem favorece processos de co-formação e transformação mútua.

Por fim, a participação ainda limitada de docentes e estudantes em projetos de extensão reforça as críticas formuladas pela UNESCO (2022) quanto à urgência de consolidar a educação como bem comum, sustentada pela participação ativa das comunidades académicas e locais. Este cenário confirma tendências internacionais segundo as quais os sistemas de financiamento privilegiam a investigação e a inovação tecnológica, relegando as atividades de natureza social (Rosli & Rossi, 2016).

Em termos analíticos, os resultados revelam que o desafio central da extensão em Angola não reside na ausência de reconhecimento simbólico, mas na dificuldade de converter esse reconhecimento em práticas institucionalmente estruturadas e pedagogicamente integradas. A persistência de uma extensão marcada pela descontinuidade, pela frágil articulação com o ensino e a investigação e pela limitada perceção de impacto social evidencia uma tensão estrutural entre discurso institucional e prática efetiva. Esta tensão compromete a consolidação da extensão como função académica estruturante, sugerindo que a sua valorização depende menos de iniciativas

pontuais e mais da construção de um quadro institucional coerente, capaz de integrar a extensão nos processos formativos, organizacionais e avaliativos da universidade.

Considerações finais

A triangulação metodológica entre os questionários e as entrevistas permitiu apreender as percepções, os discursos institucionais e as práticas que configuram a realidade contemporânea da extensão no contexto angolano. A investigação confirma que a extensão em Angola vive uma dualidade entre o reconhecimento normativo e a precariedade operacional. Embora reconhecida como pilar estratégico da missão universitária, a sua eficácia como vetor de transformação educacional e social é limitada pela ausência de financiamento e regulamentação, a predominância de ações pontuais e a frágil integração da extensão com o ensino e a investigação.

Ao integrar as perspetivas de gestores, docentes e estudantes, o estudo aprofunda o debate sobre os mecanismos de institucionalização da extensão, evidenciando que, embora Angola partilhe desafios comuns a outros contextos, apresenta especificidades associadas ao seu processo de consolidação do ensino superior e às políticas públicas em curso.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para consolidar uma compreensão crítica da extensão como prática social transformadora (Freire, 1998; Morais & Palmeirão, 2025; Nóvoa, 2019; Oliveira & Goulart, 2015), alinhada aos compromissos globais da Agenda 2030, às aspirações continentais da Agenda 2063 e às resoluções da 3ª Conferência Mundial de Educação Superior, que projetam a educação superior como um dos motores do desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista prático, evidencia-se a necessidade de políticas institucionais robustas que assegurem a regulamentação, o financiamento e a integração orgânica no tripé ensino-investigação-extensão. Os dados (n=211) sugerem que a transição de um modelo assistencialista para uma prática dialógica exige a integração curricular e indicadores de impacto que transcendam a narrativa institucional.

Referências bibliográficas

- Ayres, J. R. D. C. M. (2015). Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo. *Revista de Medicina*, 94(2), 75. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v94i2p75-80>
- Benneworth, P., Pinheiro, R., & Sánchez-Barrioluengo, M. (2016). One size does not fit all! New perspectives on the university in the social knowledge economy. *Science and Public Policy*, 43(6), 731–735. <https://doi.org/10.1093/scipol/scw018>

- Berghaeuser, H., & Hoelscher, M. (2019). Reinventing the third mission of higher education in Germany: political frameworks and universities' reactions. *Tertiary Education and Management*, 26(1), 57–76. <https://doi.org/10.1007/s11233-019-09030-3>
- Coelho, G. (2014). O papel pedagógico da extensão universitária. *Revista Em Extensão*, 11–24. https://doi.org/10.14393/ree-v13n22014_art01
- Compagnucci, L., & Spigarelli, F. (2020). The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. *Technological Forecasting and Social Change*, 161(September), 120284. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120284>
- Creswel, J. W. (2009). Qualitative, Quantitative, and Mixed-Methods Research. In *SAGE Publications*. <https://doi.org/10.1128/microbe.4.485.1>
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2018). Designing and Conducting Mixed Methods Research. In *Encyclopedia of Research Design*. <https://bayanbox.ir/view/236051966444369258/9781483344379-Designing-and-Conducting-Mixed-Methods-Research-3e.pdf>
- Filho, F. F. L. (2022). *Extensão universitária: Gestão, Comunicação e Desenvolvimento Regional*. FACOS-UFSM.
- Flick, U. (2009). An Introduction To Qualitative Research. *SAGE Publications*, 47–74. https://elearning.shisu.edu.cn/pluginfile.php/35310/mod_resource/content/2/Research-Intro-Flick.pdf
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Penso.
- Freire, P. (1983). Extensão ou comunicação? In *Revista Extensão & Cidadania* (Vol. 8). <https://doi.org/10.22481/recuesb.v10i18.11793>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2017). Extensão Universitária: Para quê? *Instituto Paulo Freire*, 1–18. http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf
- Ima-Panzo, J. (2018). *Extensão universitária em Angola. Tendências, ações e projecções* (M. EDITORA (org.); 1o ed).
- Krčmářová, J. (2011). The third mission of higher education institutions: conceptual framework and application in the Czech Republic. *European Journal of Higher Education*, 1(4), 315–331. <https://doi.org/10.1080/21568235.2012.662835>
- Menoni, A. C., & Flores, M. G. (2023). Tendencias de la Extensión Universitaria en América Latina: Chile, México, Uruguay y redes regionales. *Inter-Cambios Dilemas y Transiciones de la Educación Superior*, 10(1), 46–61. <https://doi.org/10.29156/inter.10.1.5>
- Morais, T. F. E., & Palmeirão, C. (2025). Práticas e contextos de extensão universitária: Uma Scoping Review. *Revista Contemporânea*, 5, 1–31. <https://doi.org/10.56083/RCV5N4-072>
- Mosquera-abadía, H. A., & Carvajal-Ordoñez, V. F. M. (2021). *Interacción universidad sociedad a través de la función de extensión * University-society interaction through the extension function* *Interação entre a universidade e a sociedade através da função de extensão*. 17(1), 186–203.

- Nóvoa, A. (2019). O Futuro da Universidade Pública. *Revista Contemporânea da Educação*, 14(29), 54–70.
- Oliveira, F., & Goulart, P. M. (2015). Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. *Revista Ciência em Extensão*, 11(3), 8–27. <https://doi.org/10.23901/1679-4605.2015v11n3p8-27>
- Rosli, A., & Rossi, F. (2016). Third-mission policy goals and incentives from performance-based funding: Are they aligned? *Research Evaluation*, 25(4), 427–441. <https://doi.org/10.1093/reseval/rvw012>
- Santos, B. D. S. (2004). Boaventura de Sousa Santos * A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In *Director*. <http://en.scientificcommons.org/6999879>
- Silva, W. P. da. (2020). EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um conceito em construção. *Revista Extensão & Sociedade*, December, 21–32.
- Stufflebeam, D. L. (1971). The relevance of the CIPP evaluation model for educational accountability. *The relevance of the CIPP evaluation model for educational accountability*, 1–30.
- Uribe, L. M. I., Bautista, C. D. F., & García, R. S. (2020). La responsabilidad social universitaria. Misión e impactos sociales. *Sinéctica, Revista Electrónica de Educación*, 54, 1–18. [https://doi.org/10.31391/s2007-7033\(2020\)0054-011](https://doi.org/10.31391/s2007-7033(2020)0054-011)

Tomásia Francisca Estevão Morais

Universidade Católica Portuguesa do Porto
<https://orcid.org/0000-0002-1604-955X>
Email: s-tjoão@ucp.pt tomasiam@hotmail.com

Cristina Palmeirão

Universidade Católica Portuguesa do Porto
<https://orcid.org/0000-0002-1949-8641>
Email: cpalmeirao@ucp.pt

Submissão: fevereiro, 2026
Avaliação: março-maio, 2026
Publicação: junho, 2026